



Estado de Mato Grosso – VALE DO CABAÇAL
Prefeitura Municipal de SALTO DO CÉU

Rua Carlos Laet, nº 11 - Bairro: Cachoeira Fone: (65) 3233:1200

Salto do Céu – MT Cep: 78270-000 Fone: (65) 3233:1211

www.saltodoceu.mt.gov.br

DECRETO MUNICIPAL Nº 020, DE 29 DE MARÇO DE 2023

Regulamenta o regime de transição da Lei Federal n.º 8.666/93 e Lei Federal n.º 10.520/2002, para a Lei Federal n.º 14.133/2021 no âmbito da administração direta e indireta do Município de Salto do Céu/MT.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 10, incisos I e II, 42 e 49, incisos II, IV e VII da Lei Orgânica do Município de Salto do Céu/MT, e tendo em vista o disposto no art. 191 e 193, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e, ainda:

CONSIDERANDO que o art. 191 da Lei nº 14.133/2021, não define o caráter temporal, para aplicação da Lei Federal n.º 8.666/1993 e Lei Federal n.º 10.520/2002, especialmente para os processos e procedimentos já iniciados e autorizados sob a égide dessas normas, perfazendo-se em norma indeterminada;

CONSIDERANDO os efeitos do art. 23 do Decreto-Lei n.º 4.657/1942 e art. 7º, inciso II da Lei Federal n.º 9.830/2019;

CONSIDERANDO os princípios do ato jurídico perfeito e da segurança jurídica;

CONSIDERANDO as diretrizes estabelecidas pelo Acórdão n.º 507/2023 – Plenário do Egrégio Tribunal de Contas da União, proferido nos autos do Processo TC n.º 000.586/2023-4;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica regulamentado o regime de transição entre a Lei Federal n.º 8.666/93, Lei Federal n.º 10.520/2002 e a Lei Federal n.º 14.133/2021, no âmbito da administração direta e indireta do Município de Salto do Céu/MT.

§ 1º O regime de transição estabelecido neste Decreto Municipal, não se aplica aos processos de licitação e contratação direta, cujo objeto esteja vinculado à transferência voluntária da União ou Estado da Mato Grosso, devendo, nesses casos, serem observadas as orientações e normas desses entes federados.

§ 2º No caso de transferência voluntária oriunda da União, observar-se-á, no que couber, o Comunicado n.º 10/2022 e Portaria SEGES/MGI nº 720/2023 da Secretaria de

Interpindolo



Estado de Mato Grosso – VALE DO CABAÇAL
Prefeitura Municipal de SALTO DO CÉU
Rua Carlos Laet, nº 11 - Bairro: Cachoeira Fone: (65) 3233:1200
Salto do Céu – MT Cep: 78270-000 Fone: (65) 3233:1211
www.saltodoceu.mt.gov.br

Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e Inovação dos Serviços Públicos, ou legislação correlativa e substitutiva.

CAPÍTULO II DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO

Art. 2º A Lei Federal n.º 8.666/93 e Lei Federal n.º 10.520/2002, continuam aplicáveis, conforme o caso, nas seguintes hipóteses:

I - a licitação na modalidade concorrência, tomada de preços, convite, concurso e pregão (presencial ou eletrônico) que, em 31 de março de 2023, esteja formalmente autorizada pela autoridade superior ou competente;

II – a contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação que, até 31 de março de 2023, já tenha sua autorização publicada na imprensa oficial ou divulgada no site oficial da Prefeitura Municipal de Salto do Céu/MT.

Parágrafo único. Considera-se autorizada a licitação que tenha cumprido formalmente o disposto no artigo 38, *caput* da Lei Federal n.º 8.666/93.

Art. 4º. Aplica-se ao Edital de Chamada Pública para fins credenciamento, o disposto no artigo 2º, inciso I deste Decreto Municipal, estando os procedimentos de inexigibilidade deles decorrentes, autorizados à contratação até 31.12.2023.

Art. 5º O instrumento convocatório e o ato de autorização de contratação direta, deverão indicar expressamente a opção da legislação aplicável.

Art. 6º A Ata de Registro de Preços - ARP assinada até 31 de março de 2023 ou que, após esta data, tenha por origem licitação autorizada na forma do art. 2º, inciso I deste Decreto Municipal, será regida pelas leis que fundamentaram o procedimento.

§1º. Rege-se ainda, pelas mesmas leis, o contrato derivado da ata de registro de preços formalizada nos termos do *caput* deste artigo, inclusive seus eventuais aditamentos.

§2º. Fica permitida as adesões carona, de outros entes federados a qualquer nível, em relação a Ata de Registro de Preços – ARP que esteja vigente, cujo procedimento de autorização para abertura do procedimento de adesão, tenha sido emitida até 31 de março de 2023.

Art. 7º. A licitação autorizada na forma do art. 2º deste Decreto Municipal, deve ter seu Edital publicado na imprensa oficial e site da Prefeitura Municipal de Salto do Céu/MT, em até 120 (cento e vinte) dias a contar de 1º de abril de 2023.

Parágrafo único. O não atendimento ao disposto no *caput* deste artigo, converterá o procedimento para a Lei Federal n.º 14.133/2021, devendo ser refeita toda fase interna com base nessa legislação.

Art. 8º O contrato assinado até 31 de março de 2023 e que esteja vinculado a Lei Federal n.º 8.666/93 e Lei Federal n.º 10.520/2002, continuará a ser regido por essa legislação, conforme o caso, inclusive em relação aos seus eventuais termos aditivos.



Estado de Mato Grosso – VALE DO CABAÇAL
Prefeitura Municipal de SALTO DO CÉU
Rua Carlos Laet, nº 11 - Bairro: Cachoeira Fone: (65) 3233:1200
Salto do Céu – MT Cep: 78270-000 Fone: (65) 3233:1211
www.saltodoceu.mt.gov.br

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º As normas municipais anteriores que fazem referência a Lei Federal n.º 8.666/1993 e Lei Federal n.º 10.520/2002, não revogadas tácita ou expressamente, deverão ser aplicadas no limite temporal de transição estabelecidos por este Decreto Municipal.

Art. 10. É vedada a aplicação conjunta, em mesmo processo de licitação e contratação da Lei Federal n.º 14.133/2021, com qualquer a Lei Federal n.º 8.666/1993 e/ou a Lei Federal n.º 10.520/2002.

Art. 11. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Art. 12. Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Salto do Céu/MT, 29 de março de 2023.


MAUTO TEIXEIRA ESPINDOLA
Prefeito Municipal

a) – Espécie: Dispensa de Licitação; b) Objeto: Contratação temporária de MOTORISTA DO TRANSPORTE ESCOLAR para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer. A contratação se fará pelo período de 180 (cento e oitenta) dias; c) Fundamento Legal: Lei n° 8.666/1993, art. 24, inciso IV; d) Processo: N° 018/2023; e) Cobertura Orçamentária: 12.361.0042.2036.3.3.90.00.2.1.500.213; f) Valor: R\$ 14.043,60 (catorze mil e quarenta e três reais e sessenta centavos); g) Contratado: BRUNO FERNANDO DIAS CPF: 964.607.171-68 RG: 1864422-8 SSP/MT; h) Autorizado: em 28/03/2023, por MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA; i) Ratificação: em 29/03/2023, por MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 027/2023

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para locação futura e fracionada de **MATERIAIS/ITENS DE ESTRUTURA E SERVIÇOS, AQUISIÇÃO DE CAMISETAS E COPOS PERSONALIZADOS**, a serem locados/usados/contratados e adquiridos em eventos realizados pelo município de Salto do Céu/MT; conforme discriminado no Termo de Referência **ANEXO I**, deste Edital, por um período de 12 meses. Conforme descrição no ANEXO I do Edital de **Pregão Presencial n° 013/2022 e ARP n° 009/2022**.

CONTRATADA: L. B. DA SILVA EIRELI CNPJ: 10.947.845/0001-42

PERÍODO: 15/03/2023 à 15/03/2024.

VALOR: R\$ 708.232,00 (setecentos e oito mil e duzentos e trinta e dois reais).

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

- Presidente CPL -

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO DECRETO

DECRETO MUNICIPAL N° 020, DE 29 DE MARÇO DE 2023

Regulamenta o regime de transição da Lei Federal n.º 8.666/93 e Lei Federal n.º 10.520/2002, para a Lei Federal n.º 14.133/2021 no âmbito da administração direta e indireta do Município de Salto do Céu/MT.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 10, incisos I e II, 42 e 49, incisos II, IV e VII da Lei Orgânica do Município de Salto do Céu/MT, e tendo em vista o disposto no art. 191 e 193, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021, e, ainda:

CONSIDERANDO que o art. 191 da Lei n° 14.133/2021, não define o caráter temporal, para aplicação da Lei Federal n.º 8.666/1993 e Lei Federal n.º 10.520/2002, especialmente para os processos e procedimentos já iniciados e autorizados sob a égide dessas normas, perfazendo-se em norma indeterminada;

CONSIDERANDO os efeitos do art. 23 do Decreto-Lei n.º 4.657/1942 e art. 7º, inciso II da Lei Federal n.º 9.830/2019;

CONSIDERANDO os princípios do ato jurídico perfeito e da segurança jurídica;

CONSIDERANDO as diretrizes estabelecidas pelo Acórdão n.º 507/2023 – Plenário do Egrégio Tribunal de Contas da União, proferido nos autos do Processo TC n.º 000.586/2023-4;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica regulamentado o regime de transição entre a Lei Federal n.º 8.666/93, Lei Federal n.º 10.520/2002 e a Lei Federal n.º 14.133/2021, no âmbito da administração direta e indireta do Município de Salto do Céu/MT.

§ 1º O regime de transição estabelecido neste Decreto Municipal, não se aplica aos processos de licitação e contratação direta, cujo objeto esteja vinculado à transferência voluntária da União ou Estado da Mato Grosso, devendo, nesses casos, serem observadas as orientações e normas desses entes federados.

§ 2º No caso de transferência voluntária oriunda da União, observar-se-á, no que couber, o Comunicado n.º 10/2022 e Portaria SEGES/MGI n° 720/2023 da Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e Inovação dos Serviços Públicos, ou legislação correlativa e substitutiva.

CAPÍTULO II

DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO

Art. 2º A Lei Federal n.º 8.666/93 e Lei Federal n.º 10.520/2002, continuam aplicáveis, conforme o caso, nas seguintes hipóteses:

I - a licitação na modalidade concorrência, tomada de preços, convite, concurso e pregão (presencial ou eletrônico) que, em 31 de março de 2023, esteja formalmente autorizada pela autoridade superior ou competente;

II - a contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação que, até 31 de março de 2023, já tenha sua autorização publicada na imprensa oficial ou divulgada no site oficial da Prefeitura Municipal de Salto do Céu/MT.

Parágrafo único. Considera-se autorizada a licitação que tenha cumprido formalmente o disposto no artigo 38, *caput* da Lei Federal n.º 8.666/93.

Art. 4º. Aplica-se ao Edital de Chamada Pública para fins credenciamento, o disposto no artigo 2º, inciso I deste Decreto Municipal, estando os procedimentos de inexigibilidade deles decorrentes, autorizados à contratação até 31.12.2023.

Art. 5º O instrumento convocatório e o ato de autorização de contratação direta, deverão indicar expressamente a opção da legislação aplicável.

Art. 6º A Ata de Registro de Preços - ARP assinada até 31 de março de 2023 ou que, após esta data, tenha por origem licitação autorizada na forma do art. 2º, inciso I deste Decreto Municipal, será regida pelas leis que fundamentaram o procedimento.

§1º. Rege-se ainda, pelas mesmas leis, o contrato derivado da ata de registro de preços formalizada nos termos do *caput* deste artigo, inclusive seus eventuais aditamentos.

§2º. Fica permitida as adesões carona, de outros entes federados a qualquer nível, em relação a Ata de Registro de Preços – ARP que esteja vigente, cujo procedimento de autorização para abertura do procedimento de adesão, tenha sido emitida até 31 de março de 2023.

Art. 7º. A licitação autorizada na forma do art. 2º deste Decreto Municipal, deve ter seu Edital publicado na imprensa oficial e site da Prefeitura Municipal de Salto do Céu/MT, em até 120 (cento e vinte) dias a contar de 1º de abril de 2023.

Parágrafo único. O não atendimento ao disposto no *caput* deste artigo, converterá o procedimento para a Lei Federal n.º 14.133/2021, devendo ser refeita toda fase interna com base nessa legislação.

Art. 8º O contrato assinado até 31 de março de 2023 e que esteja vinculado a Lei Federal n.º 8.666/93 e Lei Federal n.º 10.520/2002, continuará a ser regido por essa legislação, conforme o caso, inclusive em relação aos seus eventuais termos aditivos.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º As normas municipais anteriores que fazem referência a Lei Federal n.º 8.666/1993 e Lei Federal n.º 10.520/2002, não revogadas tácita ou ex-

pressamente, deverão ser aplicadas no limite temporal de transição estabelecidos por este Decreto Municipal.

Art. 10. É vedada a aplicação conjunta, em mesmo processo de licitação e contratação da Lei Federal n.º 14.133/2021, com qualquer a Lei Federal n.º 8.666/1993 e/ou a Lei Federal n.º 10.520/2002.

Art. 11. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Art. 12. Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Salto do Céu/MT, 29 de março de 2023.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO AVISO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2023

Tipo: Menor preço

Critério de julgamento: MENOR PREÇO ITEM.

OBJETO: "Contratação de Empresa e/ou Pessoa Física Especializada Para Prestação de Serviços de Médico (Clínico Geral) para atender na Unidade de Saúde (PSF II E HOSPITAL) do Município de Salto do Céu – MT", conforme discriminado no Termo de Referência **ANEXO I**, deste Edital, por um período de 12 meses.

O MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU-MT, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que realizará às **09h00min, do dia 13/04/2023. LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL**, regida pela Lei 8.666/93, para Contratação do objeto supracitado.

Outras informações e edital completo poderão ser retiradas na sala de licitação da Prefeitura, com a Comissão Permanente de Licitação e também no site desta prefeitura: www.saltodoceu.mt.gov.br.

Fone: (65) 3233-1211/1200 (dias úteis, das 07:00 às 11 horas e das 13:00 às 16:00hs). Email: licitacao2saltodoceu@gmail.com/licitacao@saltodoceu.mt.gov.br.

Salto do Céu - MT, 29 de Março de 2023.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

- Pregoeira Oficial -

Portaria nº 020/2021

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

EU Mauto Teixeira Espíndola – Prefeito deste Município, FAÇO SABER que nesta data fica "**HOMOLOGADO**" o presente Termo de Adesão nº 004/2023, sendo este a Adesão a Ata de Registro de Preços nº. 002/2022, proveniente do Pregão Presencial nº. 002/2022, Processo n.º 125B/2022, realizado pelo Consórcio Público PRODORTE do Estado de Minas Gerais; que teve como vencedora a empresa **VESTISUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI CNPJ: 09.411.384/0001-00**, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS**, na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA**, para afutura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE UNIFORMES E TÊNIS ESCOLARES PA-**

RA ATENDER AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕE O CONSÓRCIO PÚBLICO PRODORTE. Sendo que a Prefeitura de Salto do Céu – MT, fará adesão aos itens 1.1, 1.3, 1.4 e 1.6, para aquisição de 500 peças/unidade de cada item aderido da Ata supramencionada. Perfazendo um valor total em R\$ 85.500,00 (oitenta e cinco mil e quinhentos reais).

Para que cumpra seu valor legal.

Salto do Céu – MT, 29 de Março de 2023.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

-Prefeito -

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

a) - Espécie: Dispensa de Licitação; b) Objeto: Contratação de Empresa Especializada para **Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria para Revisão da Lei do Estatuto dos Servidores Públicos** do Município de Salto do Céu/MT; c) Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993, art. 24, inciso II; d) Processo: Nº 017/2023; e) Cobertura Orçamentária: 03.003.04.122.0003.2009.33.90.00.1.1.500.31; f) Valor: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais); g) Contratada: J.G.B. NOGUEIRA SOLUÇÕES E SERVIÇOS CNPJ: 26.482.077/0001-39; h) Autorização: em 23/03/2023, por MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA; i) Ratificação: em 29/03/2023, por MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 109/2023

PREFEITURA DE SANTA CARMEM

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 109/2023

Processo Administrativo Licitatório nº 150/2023

TERMO DE RATIFICAÇÃO

ASSUNTO:	Contratação de empresa especializada com fornecimento de janela vidro temperado para reposição no depósito anexo ao banheiro da Praça Emilio Malinski.
EMPRESA:	47.448.610 FERNANDO HENRIQUE FERNANDES DA SILVA
CNPJ:	47.448.610/0001-16
VALOR TOTAL:	R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais).

Tendo em vista que as justificativas do solicitante foram acatadas, bem como, o interesse da Administração noticiado e a dispensa de licitação reconhecida pelo parecer favorável da assessoria jurídicas e administrativas, exarado no Processo de Dispensa de Licitação 109/2023 de 30/03/2023, que acolho, RATIFICO a validade do ato para a contratação direta da empresa **47.448.610 FERNANDO HENRIQUE FERNANDES DA SILVA** nos termos e na forma do previsto no "caput" dos artigos 75 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021 e suas alterações. Publique-se esta ratificação. Providencie a reserva dos recursos.

Prefeitura de Santa Carmem, em 30 de março de 2023.

RODRIGO AUDREY FRANTZ

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 21/2023

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 21/2023



Tribunal de Contas
Mato Grosso
INSTRUMENTO DE CIDADANIA

Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 12 Nº 2905

Divulgação quinta-feira, 30 de março de 2023

– Página 162

Publicação sexta-feira, 31 de março de 2023

DATA DA ASSINATURA: 01/03/2023
VIGÊNCIA: 01/03/2023 A 19/12/2023

EXTRATO DE CONTRATO

NÚMERO DO CONTRATO: Nº 059

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho-MT

CONTRATADO: NIDMAN SEVERIANO CARRIJO

OBJETO: O CONTRATADO prestará a CONTRATANTE, serviços, junto a Secretaria Municipal de Educação como Nutricionista para a Rede Municipal de Ensino de Ribeirãozinho

PRAZO: 9 MESES

VALOR DO CONTRATO: R\$ 39.009,22

DATA DA ASSINATURA: 01/03/2023

VIGÊNCIA: 01/03/2023 A 19/12/2023

EXTRATO DE CONTRATO

NÚMERO DO CONTRATO: Nº 060

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho-MT

CONTRATADO: SHYRENE TAVARES ROLDÃO

OBJETO: Tem por objetivo contratação de um Professor para atender a demanda do Ensino Fundamental na escola municipal Paulo Freire da Secretaria Municipal de Educação.

PRAZO: 9 MESES

VALOR DO CONTRATO: R\$ 41.870,80

DATA DA ASSINATURA: 01/03/2023

VIGÊNCIA: 01/03/2023 A 19/12/2023

EXTRATO DE CONTRATO

NÚMERO DO CONTRATO: Nº 061

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho-MT

CONTRATADO: ELZA FERREIRA DE BRITO FIDELIS DE SOUZA

OBJETO: Tem por objetivo contratação de um Professor para atender a demanda do Ensino Infantil na Escola Municipal Pequeno Polegar da Secretaria Municipal de Educação.

PRAZO: 9 MESES

VALOR DO CONTRATO: R\$ 41.870,80

DATA DA ASSINATURA: 01/03/2023

VIGÊNCIA: 01/03/2023 A 19/12/2023

EXTRATO DE CONTRATO

NÚMERO DO CONTRATO: Nº 062

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho-MT

CONTRATADO: ACREONE DA SILVA VILELA CARVALHO

OBJETO: Tem por objetivo contratação de um Professor para atender a demanda do Ensino Infantil na Escola Municipal Pequeno Polegar da Secretaria Municipal de Educação.

PRAZO: 9 MESES

VALOR DO CONTRATO: R\$ 41.870,80

DATA DA ASSINATURA: 01/03/2023

VIGÊNCIA: 01/03/2023 A 19/12/2023

EXTRATO DE CONTRATO

NÚMERO DO CONTRATO: Nº 063

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho-MT

CONTRATADO: NELSON JOSE PERES NETO

OBJETO: O objeto é a contratação de um professor de Educação Física para atender a demanda do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centro de Educação Infantil Carlos Daniel Caetano junto a Secretaria Municipal de Educação.

PRAZO: 9 MESES

VALOR DO CONTRATO: R\$ 37.477,23

DATA DA ASSINATURA: 01/03/2023

VIGÊNCIA: 01/03/2023 A 19/12/2023

EXTRATO DE CONTRATO

NÚMERO DO CONTRATO: Nº 065

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho-MT

CONTRATADO: JULIO CESAR CARLOS RIBEIRO

OBJETO: O objeto é a contratação de um professor de Educação Física para atender a demanda do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centro de Educação Infantil Carlos Daniel Caetano junto a Secretaria Municipal de Educação.

PRAZO: 9 MESES

VALOR DO CONTRATO: R\$ 24.516,06

DATA DA ASSINATURA: 01/03/2023

VIGÊNCIA: 01/03/2023 A 19/12/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 23/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Senhor JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO, Prefeito de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, RATIFICA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2023, com fulcro na decisão administrativa proferida pelo prefeito José Carlos Junqueira de Araújo que autoriza a modalidade de Dispensa de Licitação, diante da situação fática, de acordo com a Lei de Licitações, a contratação a favor da empresa, CODER COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RONDONÓPOLIS, situada na Av. Dr. Paulo da Oliveira, nº 1411, Bairro Cascalhinho, CEP: 78.720-300, Rondonópolis-MT, inscrita no CNPJ nº 03.940.848/0001-99.

03.940.848/0001-99.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MUTIRÃO DE LIMPEZA, A SER EXECUTADA NAS SEGUINTE LOCALIDADES: CONJUNTO HABITACIONAL LUCIA MAGGI E PADRE MIGUEL, NO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS - MT.

VALOR TOTAL DISPENSA: R\$ 158.500,02 (CENTO E CINQUENTA E OITO MIL E QUINHENTOS REAIS E DOIS CENTAVOS).

Publique-se no átrio desta Prefeitura, no Diário Oficial do Município - DIORONDON, no jornal de circulação local Jornal Estadão, no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios e no Diário Oficial de Contas, para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 28 de março de 2023.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
Prefeito

RETIFICAÇÃO DO
TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 22/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATADA: CODER COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RONDONÓPOLIS, situada na Av. Dr. Paulo da Oliveira, nº 1411, Bairro Cascalhinho, CEP: 78.720-300, Rondonópolis-MT, inscrita no CNPJ: 03.940.848/0001-99.

Onde se lê: VALOR TOTAL DA DISPENSA: R\$ 3.234.134,44 (TRÊS MILHÕES DUZENTOS E TRINTA E QUATRO MIL CENTO E TRINTA E QUATRO REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS).

Leia-se: VALOR TOTAL DA DISPENSA: R\$ 3.104.648,08 (TRÊS MILHÕES CENTO E QUATRO MIL E SEISCENTOS E QUARENTA E OITO REAIS E OITO CENTAVOS).

Publique-se no átrio desta Prefeitura, no Diário Oficial do Município - DIORONDON, no jornal de circulação local Jornal Estadão Mato Grosso, no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios e no Diário Oficial de Contas, para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 28 de março de 2023.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
Prefeito

TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 13/2023
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Senhor JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e especificamente nos termos do art. 25, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de junho de 1993, RATIFICA O PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 13/2023, com fulcro no Parecer Jurídico nº 493/2022, que apreciou o processo administrativo na modalidade de Inexigibilidade de Licitação, e diante da situação fática, de acordo com a Lei de Licitações, manifestou a favor do Licitante: INSTITUTO DE CREDITO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - ICDES, com endereço na Avenida Marechal Rondon, nº 170 - Centro, Rondonópolis - MT, 78700-075, inscrito no CNPJ: 06.322.494/0001-07. Objeto: Credenciamento de instituições financeiras, autorizadas a funcionar pelo banco central ou instituições de microcrédito qualificadas como OSCIP e autorizadas a operar no programa nacional de microcrédito produtivo orientado (pnmpo), para atuarem dentro do "programa rever", por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Rondonópolis-MT, que tem por objetivo apoiar as microempresas e empresas de pequeno porte, os microempreendedores individuais - MEI's, profissionais autônomos e liberais e cooperativas de produção ou de serviços que congreguem pequenos produtores e fornecedores, conforme o disposto na lei municipal nº 12.458 de 10 de outubro de 2022, e com suas posteriores alterações feitas pelas leis municipais nº 12.555 de 13 de junho de 2022, 12.264 de 17 de junho de 2022 e decreto municipal nº 10.996, de 10 de agosto de 2022 e decreto municipal nº 11.030 de 31 de agosto de 2022. VALOR DA INEXIGIBILIDADE: R\$ 54.786,56 (cinquenta e quatro mil setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e seis centavos). Publique-se no átrio desta Prefeitura, no Diário Oficial da União (DOU), Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Diário Oficial da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), Diário Oficial do Município - DIORONDON, jornal de circulação local e jornal Regional O ESTADÃO, para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 29 de março 2023.

José Carlos Junqueira de Araújo
Prefeito Municipal de Rondonópolis

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

ATO

DECRETO MUNICIPAL Nº 020, DE 29 DE MARÇO DE 2023

Regulamenta o regime de transição da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal nº 10.520/2002, para a Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito da administração direta e indireta do Município de Salto do Céu/MT.

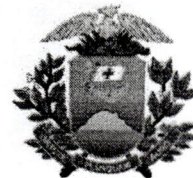
O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 10, incisos I e II, 42 e 49, incisos II, III e VI da Lei Orgânica do Município.



Tribunal de Contas
Mato Grosso
INSTRUMENTO DE CIDADANIA

Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 12 Nº 2905

Divulgação quinta-feira, 30 de março de 2023

– Página 163

Publicação sexta-feira, 31 de março de 2023

14.133/2021 e, ainda:

CONSIDERANDO que o art. 191 da Lei nº 14.133/2021, não define o caráter temporal, para aplicação da Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Federal nº 10.520/2002, especialmente para os processos e procedimentos já iniciados e autorizados sob a égide dessas normas, perfazendo-se em norma indeterminada;

CONSIDERANDO os efeitos do art. 23 do Decreto-Lei nº 4.657/1942 e art. 7º, inciso II da Lei Federal nº 9.830/2019;

CONSIDERANDO os princípios do ato jurídico perfeito e da segurança jurídica;

CONSIDERANDO as diretrizes estabelecidas pelo Acórdão nº 507/2023 – Plenário do Egrégio Tribunal de Contas da União, proferido nos autos do Processo TC nº 000.586/2023-4;

DECRETA:
CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica regulamentado o regime de transição entre a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/2002 e a Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da administração direta e indireta do Município de Salto do Céu/MT.

§ 1º O regime de transição estabelecido neste Decreto Municipal, não se aplica aos processos de licitação e contratação direta, cujo objeto esteja vinculado à transferência voluntária da União ou Estado da Mato Grosso, devendo, nesses casos, serem observadas as orientações e normas desses entes federados.

§ 2º No caso de transferência voluntária oriunda da União, observar-se-á, no que couber, o Comunicado nº 10/2022 e Portaria SEGES/MGI nº 720/2023 da Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e Inovação dos Serviços Públicos, ou legislação correlativa e substitutiva.

CAPÍTULO II

DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO

Art. 2º A Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal nº 10.520/2002, continuam aplicáveis, conforme o caso, nas seguintes hipóteses:

I – a licitação na modalidade concorrência, tomada de preços, convite, concurso e pregão (presencial ou eletrônico) que, em 31 de março de 2023, esteja formalmente autorizada pela autoridade superior ou competente;

II – a contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação que, até 31 de março de 2023, já tenha sua autorização publicada na imprensa oficial ou divulgada no site oficial da Prefeitura Municipal de Salto do Céu/MT.

Parágrafo único. Considera-se autorizada a licitação que tenha cumprido formalmente o disposto no artigo 38, caput da Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 4º. Aplica-se ao Edital de Chamada Pública para fins credenciamento, o disposto no artigo 2º, inciso I deste Decreto Municipal, estando os procedimentos de inexigibilidade deles decorrentes, autorizados à contratação até 31.12.2023.

Art. 5º O instrumento convocatório e o ato de autorização de contratação direta, deverão indicar expressamente a opção da legislação aplicável.

Art. 6º A Ata de Registro de Preços - ARP assinada até 31 de março de 2023 ou que, após esta data, tenha por origem licitação autorizada na forma do art. 2º, inciso I deste Decreto Municipal, será regida pelas leis que fundamentaram o procedimento.

§ 1º. Rege-se ainda, pelas mesmas leis, o contrato derivado da ata de registro de preços formalizada nos termos do caput deste artigo, inclusive seus eventuais aditamentos.

§ 2º. Fica permitida as adesões carona, de outros entes federados a qualquer nível, em relação a Ata de Registro de Preços - ARP que esteja vigente, cujo procedimento de autorização para abertura do procedimento de adesão, tenha sido emitida até 31 de março de 2023.

Art. 7º A licitação autorizada na forma do art. 2º deste Decreto Municipal, deve ter seu Edital publicado na imprensa oficial e site da Prefeitura Municipal de Salto do Céu/MT, em até 120 (cento e vinte) dias a contar de 1º de abril de 2023.

Parágrafo único. O não atendimento ao disposto no caput deste artigo, converterá o procedimento para a Lei Federal nº 14.133/2021, devendo ser refeita toda fase interna com base nessa legislação.

Art. 8º O contrato assinado até 31 de março de 2023 e que esteja vinculado a Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal nº 10.520/2002, continuará a ser regido por essa legislação, conforme o caso, inclusive em relação aos seus eventuais termos aditivos.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º As normas municipais anteriores que fazem referência a Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Federal nº 10.520/2002, não revogadas tácita ou expressamente, deverão ser aplicadas no limite temporal de transição estabelecidos por este Decreto Municipal.

Art. 10. É vedada a aplicação conjunta, em mesmo processo de licitação e contratação da Lei Federal nº 14.133/2021, com qualquer a Lei Federal nº 8.666/1993 e/ou a Lei Federal nº 10.520/2002.

Art. 11. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Art. 12 Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Salto do Céu/MT, 29 de março de 2023

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA
Prefeito Municipal

LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Tipo: Menor preço

Critério de julgamento: MENOR PREÇO ITEM.

OBJETO: "Contratação de Empresa e/ou Pessoa Física Especializada Para Prestação de Serviços de Médico (Clínico Geral) para atender na Unidade de Saúde (PSF II E HOSPITAL) do Município de Salto do Céu – MT", conforme discriminado no Termo de Referência ANEXO I, deste Edital, por um período de 12 meses.

O MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU-MT, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que realizará às 09h00min, do dia 13/04/2023, LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, regida pela Lei 8.666/93, para Contratação do objeto supracitado.

Outras informações e edital completo poderão ser retiradas na sala de licitação da Prefeitura, com a Comissão Permanente de Licitação e também no site desta prefeitura: www.saltodoceu.mt.gov.br.

Fone: (65) 3233-1211/1200 (dias úteis, das 07:00 às 11horas e das 13:00 às 16:00hs). Email: licitacao2@saltodoceu@gmail.com/licitacao@saltodoceu.mt.gov.br

Salto do Céu - MT, 29 de Março de 2023.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

- Pregoeira Oficial -

Portaria nº 020/2021

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2023

Tipo: Registro de Preço

Critério de julgamento: MENOR PREÇO ITEM.

OBJETO: Seleção de melhor proposta objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para a Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços em CONSULTORIA EM SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO, SISTEMA DE GESTÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA ONLINE E SOFTWARE BUSINESS INTELLIGENCE PARA GESTÃO DE RESULTADOS em atendimento a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento do Município de Salto do Céu/MT, conforme discriminado no Termo de Referência ANEXO I, deste Edital, por um período de 12 meses.

O MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que realizará às 14h00min, do dia 13/04/2023, LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, regida pela Lei 8.666/93, para contratação do objeto supracitado.

Outras informações e edital completo poderão ser retiradas na sala de licitação da Prefeitura, com a Comissão Permanente de Licitação e também no site desta prefeitura: www.saltodoceu.mt.gov.br.

Fone: (65) 3233-1211/1200 (dias úteis, das 07:00 às 11horas e das 13:00 às 16:00hs). Email: licitacao@saltodoceu.mt.gov.br

Salto do Céu - MT, 29 de Março de 2023.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

- Pregoeira Oficial -

Portaria nº 020/2021

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2023

Tipo: Registro de Preço

Critério de julgamento: MENOR PREÇO ITEM.

OBJETO: Seleção de melhor proposta objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para a Contratação de Empresa Especializada para Locação de software em ambiente "web" sob forma de licença de uso, com treinamento de servidores para fiscalização e operacionalização do ITR, com vistas ao cumprimento das obrigações estipuladas nas INs/RFB/1640/2016, 1877/2019, assim como serviços técnicos de assessoria e consultoria tributária referente ao ITR-Imposto Territorial Rural, promovendo orientações no sentido de propiciar aumento dos repasses constitucionais deste tributo e garantindo a permanência do município no convênio celebrado com a Secretaria da Receita Federal.

O MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que realizará às 10h00min do dia 13/04/2023, LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, regida pela Lei 8.666/93, para contratação do objeto supracitado.

Outras informações e edital completo poderão ser retiradas na sala de licitação da Prefeitura, com a Comissão Permanente de Licitação e também no site desta prefeitura: www.saltodoceu.mt.gov.br.

Fone: (65) 3233-1211/1200 (dias úteis, das 07:00 às 11horas e das 13:00 às 16:00hs). Email: licitacao@saltodoceu.mt.gov.br

Salto do Céu - MT, 29 de Março de 2023.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA